

SENTIMENTOS COMO MARCADORES E OPERADORES EM UMA ÉTICA DO RECONHECIMENTO

*Mendo Castro Henriques**

Resumo: O artigo introduz a importância dos juízos de valor nas vivências quotidianas, enquadrando-a na distinção entre conhecer e reconhecer no âmbito de uma filosofia da consciência. Apropriada essa matriz explicativa, retoma a distinção lonergiana entre emoções intencionais e não-intencionais, resposta intencional ao prazer e à dor; características básicas da resposta intencional de valor e acrescenta a dimensão de relacionamento, de origem buberiana. Depois, examina como sentimentos e argumentos interagem nas avaliações presentes numa sequência de atitudes fundamentais, que recupera e ultrapassa a orientação lonergiana e buberiana. Esta dupla dinâmica ajuda a situar de que modo os sentimentos podem ser, simultaneamente, integradores e operadores de atos de conhecimento e de reconhecimento.

1. SENTIR E PENSAR

É um dado da experiência que, nos juízos de valor que constantemente efetuamos, os elementos cognitivos e afetivos da consciência se entrelaçam como numa dupla hélice, reforçando-se ou enfraquecendo-se mutuamente. Estamos sempre a distinguir entre ações justas e injustas, boas e más escolas, boas e más políticas, com maior ou menor dose de emoção e de acerto. Estamos sempre a aprovar ou desaprovar comportamentos, a exortar os outros a ser melhores, a avaliar amigos por nos ajudarem ou não, recorrendo a intelecções e emoções. Julgamos outrem como boas e más pessoas, com demasiada facilidade. Os inquéritos à opinião pública revelam que se condenam genocídios, terrorismo, corrup-

* Centro de Estudos de Filosofia. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa

ção, violação de mulheres e crianças com base em argumentos ou em reações primárias; que apoiamos a democracia, liberdade, responsabilidade, transparência e se condena a ausência desses valores nas ditaduras, com razões do coração e do intelecto. Fazemos avaliações corretas e erradas. Quem pensávamos ser um bom amigo, revela-se falso. O político em que votámos, afinal era corrupto. A escola dos filhos revelou-se um desastre. Nem sempre resultam ações sustentadas destas tomadas de consciência aparentemente tão firmes. Só o desenvolvimento moral nos permite reconhecer erros, corrigir juízos, e ajustar as avaliações à luz de novas experiências. Afinal, esta nossa extraordinária capacidade de aferir o bem e o mal, o melhor e o pior, de avaliar as pessoas, as ações e as coisas, e ter preferências com inteira liberdade, funde-se com a nossa existência. É esta pujança moral que está na origem dos imperativos éticos, como Kant demonstrou, não cabendo à filosofia substituir-se aos juízos da humanidade.

Como revela o desenvolvimento da axiologia, a filosofia do século XX mapeou de modo adequado esta extraordinária capacidade de avaliação. Friedrich Nietzsche terá sido o primeiro a usar a linguagem dos valores no sentido do desmascaramento de atos e pensamentos, revelando as motivações e os sentimentos por detrás das avaliações. Max Scheler consolidou, em termos teóricos, a distinção entre avaliação e valor e introduziu categorias que continuam a ser relevantes; e, nos últimos cem anos, várias escolas filosóficas multiplicaram as reflexões sobre o tema, com matizes diferentes. Os fenomenólogos assinalaram a *intencionalidade* e os existencialistas a *liberdade*. As escolas ibéricas chamaram a atenção para a *razão vital* e a *razão animada*. Os relativistas e culturalistas consideraram as avaliações dependentes do ponto de vista etário, de género, de época, e grupo. Os pós-modernos descrêem de valores absolutos e universais. As morais tradicionalistas não vêem necessidade de falar de valores: bastariam as leis e as tábuas de virtudes e vícios para impedir o caos moral.

Vivemos em sociedades pluralistas em que cada tradição moral, e os respectivos dissidentes, apelam a códigos e convicções diferentes, cada qual com o seu zelo, imperativos, organização e autoridade. Embora a tendência para o diálogo entre correntes esteja facilitada pelas tecnologias contemporâneas, convivemos com convicções, prioridades e estilos de vida muito diferentes. Mas como fundamentar o discurso sobre os direitos e as instituições que edificamos? Como despertar, conhecer, ensinar e promover os valores? Em que basear os debates sobre a guerra e

paz, a segurança social, a manipulação genética, o aborto, a homossexualidade, a definição de casamento, a investigação com células estaminais, a mudança climática, o terrorismo, os crimes financeiros? Muitas destas questões são ainda mais prementes com os avanços da tecnologia. Todas elas têm profundas implicações morais e exigem estudo e resposta em sede de valores éticos.

Usamos a noção de ‘valores’ no quotidiano, em economia, política, educação, filosofia, religião. Para defini-la e mostrar de onde provém, temos de distinguir entre o senso comum, que avalia as coisas e ordena a existência segundo os seus interesses; e a teoria que procura deduzir a génese dos juízos de valor. E como o sujeito humano funciona ora no mundo natural, ora no teórico, temos de prestar atenção à consciência com que se manifesta e comunica. Preocupa-nos todos os níveis e tipos de valores, mas especialmente os que incidem sobre estilos de vida, sobre o que de acertado ou errado fazemos, e como nos relacionamos com os outros. Por isso, a explicação sobre os valores tem de ser complementada do domínio do conhecimento, onde habitualmente fica confinada, para o âmbito do reconhecimento em que aprofundamos a relação com as pessoas e as coisas.

2. CONHECER E RECONHECER

A consciência manifesta-se, a todo o momento, como sujeito de conhecimento e de reconhecimento e os sentimentos desempenham um papel permanente, mas distinto, em cada um destas dinâmicas.

Consideremos o conhecimento. Por um lado, a consciência ganha substância e funciona como sujeito que experimenta, manipula e deseja objetos. Afirma-se como um eu, a destacar-se entre as coisas que encontrou. Examina informações como quem usa um microscópios e telescópios e, depois, adquire uma visão de conjunto. Questiona os objetos como agregados de qualidades para as quais procura uma unidade. Os objetos surgem isolados ou em conjunto e a consciência dá-lhes nomes para nomeá-los. Nesta sequência de atitudes, a consciência vai questionando, desde o encontro empírico até à compreensão intelectual, à identificação mediante juízos racionais, à apreciação que dá notas e valores, e finalmente à adesão entusiástica e apaixonada. O sentimento está presente como integrador em cada um destes patamares mas é o intelecto

que opera a exigência de passagem ao patamar seguinte do desejo de conhecer.

Na dinâmica do reconhecimento, do encontro da consciência com o ser, a inteligência dá o tom, mas os sentimentos é que tocam a música. As atitudes de reconhecimento apresentam-se com uma componente sentimental que opera a passagem entre os diversos níveis da consciência. O controlo intelectual é variável pelo que o sentimento tanto pode ser avassalador como de suave insistência. Amor e ódio, gratidão e vingança, apresentam-se fortes porque emanam do ser mais profundo. Essa relação originária e mesmo primitiva com as coisas e as pessoas mesmas, precede o momento em que a consciência coloca as coisas num lugar no espaço, num momento no tempo, as liga por causas e lhes atribui sentido. É essa a outra dimensão da consciência, o *reconhecimento*. Conhecem-se objetos, mas reconhecem-se sujeitos. Queremos conhecer o ser e este quer ser reconhecido.

Os seres com quem entramos em relação são mais do que simples objetos. Como coisas resultantes da apreensão individual, estavam despercebidos, parecendo esperar pela relação. E então as coisas manifestam-se no espaço, mas com uma exclusividade sem limites nem medida, a que tudo o mais serve de fundo. Manifestam-se no tempo, mas num processo que não é sequência organizada, mas duração muito intensa. Manifestam-se, simultaneamente, como agente e agido, fora da cadeia de causas e em reciprocidade com o nosso eu, o início e o fim do acontecimento. Para falarmos das coisas desta forma, precisamos de pronomes, precisamos tratá-las por *tu*.

Comecei a debruçar-me sobre este tema numa comunicação apresentada no Boston College, em 2006, ao *Lonergan Workshop*. Aí defini que a narrativa sobre a consciência, iniciada em *Insight* e prosseguida com o *Método*, resulta de uma apropriação da realidade que começa por ser intelectual, mas que se enriquece com a afetividade. Não basta saber que sou um conhecedor, para definir o meu lugar no mundo; também devo saber que sou um ator, um participante na probabilidade emergente do universo.

Em *Os valores não são mentira!*, comunicação de 2011, apresento indicações sumárias para uma ética do reconhecimento, elaborada a partir da heurística lonerganiana. (Henriques, 2014) Aí esbocei vários modos de sistematizar os dados morais – lei natural, virtude, razão, sentimento e valor – e procurei avaliar as vantagens e desvantagens de tais abordagens, concluindo que a via axiológica é a mais relevante para atingir o cerne da

questão, a saber, o nosso papel como sujeitos de avaliação. As respostas às questões morais em termos de valores manifestam-se de modo muito diferente no senso comum e na teoria. Por isso mesmo, a ética começa *pelas pessoas como elas são*, na frase de Bernard Lonergan, aprendendo o que há para aprender com a capacidade de efetuar juízos morais, e tendo presente que a principal motivação no existir é o desejo de a existência ter sentido.

No cerne da questão, existem muitas interrogações por responder. Como identificar os atos que estão na gênese dos juízos de valor? Que atividades da consciência se conjugam para criarmos um juízo de valor? Que normas seguimos, numa avaliação autêntica? Como se formam as preferências que nos levam a escolher entre alternativas? Como podem os juízos de valor ir além dos juízos de facto? Porque sabemos reconhecer erros morais e aprender com eles?

Em *Teoria do Obrigada e Desculpa*, editado em Madrid, em 2011, aponte a importância das emoções e dos sentimentos na origem dos juízos de valor, segundo a heurística lonerganiana. Mau grado o menosprezo, entre filósofos, pela afetividade que introduz ambiguidades inescapáveis, ela é sinal de riqueza moral e individualidade. No mesmo artigo, delinee uma matriz dos atos de reconhecimento. Essa matriz apontava basicamente para atos como gratidão e redenção, e os seus opostos de ressentimento e vingança, mas sem os articular com a gênese dos valores na consciência. O texto propunha os sentimentos como facilitadores de valores mas deixava por pensar o seu estatuto ôntico e de que modo funcionam nos atos da consciência.

O presente texto visa consolidar as indicações válidas das comunicações anteriores, e procurar novos elementos para a fundamentação da ética, avultando o duplo papel dos sentimentos como marcadores de conhecimento e operadores de reconhecimento na sequência de atitudes. Os escritos de Bernard Lonergan e de Martin Buber, marcam a estrutura e a orientação do que aqui me proponho dizer. No entanto, a minha abordagem não repete os conceitos nem tão pouco as fórmulas destes pensadores; aplica conceitos e usa exemplos que lhes pertencem mas, uma vez apropriadas as respetivas orientações heurísticas, propõe-se inovar.

Antecipemos o que nos separa dessas heurísticas, antes de encetar uma alternativa. Em *Insight*, Lonergan define o valor como "*bem que é objeto adequado de escolha racional*". A falha desta fórmula intelectualista é que nenhum raciocínio sobre a verdade conduz ao conhecimento

de valores. As preferências nunca resultam somente da dedução intelectual. Não há transição lógica do conhecimento do verdadeiro para o conhecimento do que é bom; seria a falácia naturalista denunciada por GE Moore. Reconhecendo como inadequado este seu procedimento, Lonergan elaborou uma noção de valor, como um nível da consciência a acrescentar aos patamares de experiência, intelecção e juízo. Em *“Insight Revisited”* descreve esta importante mudança de perspectiva: *Em Insight o bem era o inteligente e o razoável. No Método o bem é uma noção distinta e que responde a questões como Vale a pena? É realmente bom?”*. (Lonergan, 2012, p. 30)

Quanto a Buber, é bem conhecida a sua magistral síntese das palavras princípio que encerram duas atitudes fundamentais do ser humano: a relação eu-Tu que é anterior ao eu; e a atitude eu-Isso, que nasce do desenvolvimento do Eu e do Isso. A relação Eu-Tu é imediata. No relacionamento Eu-Isso, *“O homem transformado em eu que pronuncia o eu-Isso coloca-se diante das coisas, em vez de confrontar-se com elas no fluxo da acção recíproca”*. (Buber, 2003, p. 9) Na relação eu-Tu, o eu é determinado pela presença do outro que está na sua presença. Neste Buber distingue quatro aspectos da relação eu-Tu: reciprocidade, presença, responsabilidade e imediatez. A reciprocidade indica a existência de uma acção mútua entre os parceiros. A relação eu-Tu não se reduz à esfera humana, nem o Tu é necessariamente um ser humano. Porém, é na esfera das relações humanas que a reciprocidade é posta à prova. Na relação dialógica, a palavra da invocação recebe a resposta; relação é reciprocidade. *“A árvore não é uma impressão, um jogo de minha representação ou um valor emotivo. Ela apresenta-se “em pessoa” diante de mim e tem algo a ver comigo, e eu, se bem que de modo diferente, tenbo algo a ver com ela. Que ninguém tente debilitar o sentido da relação:”*(Buber, 2003, p. 9)

Para quem está familiarizado com Lonergan e Buber, é fácil compreender que o fundamento da ética tem de emergir da articulação entre o sentir e o pensar ao encontrar o ser. No entanto, o conhecimento das axiologias de Lonergan e Buber, não é um pré-requisito absoluto para a compreensão deste artigo. Caso o leitor se familiarize com o método de apropriação aqui utilizado, poderá apreender na sua consciência a fonte imanente de juízos de valor, e poderá acompanhar os argumentos, que definem a consciência como relação entre o eu e outro. Trata-se de convidar cada um a apropriar-se dos atos conscientes que realiza ao efetuar juízos morais, e a reconhecer valores de relação.

3. O PAPEL DOS SENTIMENTOS

Ao examinarmos os juízos de valor, temos de entender de modo complementar, e não contraditório, o que sejam pensar e sentir. O elemento cognitivo do juízo de valor é a intelecção. Contudo, para produzir juízos de valor, não bastam conhecer factos, explorar possibilidades, reunir provas, pesar consequências e alternativas, num processo de evidência deliberativa. Se assim fosse, os mais inteligentes seriam os mais morais. E contudo, na vida, o sentimento conta tanto quanto a inteligência.

A fim de apreciar este papel dos afetos, seguiremos, inicialmente, a distinção, criada por von Hildebrand e adotada por Bernard Lonergan, no *Método*, onde designa os sentimentos como a fonte “da massa, momento, movimentação e poder” da consciência: (Lonergan, 2012, p.31) (1) estados e tendências orgânicas (2) respostas intencionais ao prazer e à dor; e (3) respostas ao valor. Estas categorias não se referem a procedimentos separados mas, precisamente, separam o que na existência se apresenta e integrado em um todo.

3.1. Tendências orgânicas e estados

Nem tudo o que sentimos é intencional, ou seja, nem todos os sentimentos, no sentido lato do termo, nos colocam em relação com objetos. É o que se passa com o que vulgarmente chamamos ‘sensações’. Fome e sede são exemplos típicos. A fome tem uma causa: quando a causa é removida pela ingestão de alimentos, desaparece. Tais sensações presentes à consciência não são intencionais nem relacionais. Podemos chamá-las estados e tendências orgânicas porque não visam um objeto definido, mas sim um objetivo preenchível por objetos diferentes.

As tendências e impulsos, como fome, sede, apetite sexual têm objetivos; com o alimento, a fome desaparece; mas qual seja o alimento, isso é relativamente indiferente. Tais sensações não nascem do ato de perceber, imaginar, representar ou desejar um determinado objeto. (Lonergan, 2012, p.30) Também os estados como fadiga, irritabilidade, mau humor e ansiedade; ou então a bonomia, boa disposição, a empatia, podem ser considerados sentimentos ou estados emocionais. São pré-intencionais, pois não visam objetos específicos nem nos colocam em relação com um valor específico. São afetos que “estão” connosco, resultantes de excesso ou ausência de trabalho, de deficiência ou satisfação de ordem química, conflito ou resolução psíquica, e outras causas. Estas emoções pré-intencionais moldam as circunstâncias em que fazemos juízos; perturbam ou

facilitam os juízos de valor, conforme a resposta humana e suas circunstâncias. É muito evidente que nas avaliações que realizamos ou escutam dos outros, temos de descontar o mau humor e a ansiedade, a excessiva benevolência e a lisonja e os demais estados e tendências de quem os apresenta, a começar por nós mesmos.

3.2 Dor e prazer

Ao considerarmos os sentimentos que se configuram como respostas intencionais ao prazer e à dor, entramos num novo patamar da combinação entre sensibilidade e entendimento. Na definição tradicional do ‘ser vivo racional’ ordenavam-se elementos físicos, químicos, orgânicos, neurológicos, psicológicos, intelectuais, racionais, morais e afetivos, que a antropologia contemporânea veio revelar como elementos conjugados em torno de uma individualidade nuclear.

Podemos afirmar, com Lonergan, que “*a diferenciação orgânica atinge o seu máximo nos animais, e a diferenciação psíquica atinge o seu máximo no homem*”. Os animais experimentam estados e tendências não-intencionais, como fome e sede, ou tendências sexuais e cansaço; e respondem intencionalmente com preferências, procurando o prazer e evitando a dor, atendendo à auto-preservação. Os atos intencionais colocam-nos em posição de responder; são apetites e desejos ativados por estímulos. Mas entre o estímulo e a resposta, há um espaço e nele reside o poder humano de escolher e a formação e os processos culturais desenvolvem esta capacidade. E esse poder reside o desenvolvimento e a liberdade e, a bem dizer, a glória das avaliações.

Os sentimentos são omnipresentes. Os desejos, glorificados por materialistas e hedonistas como a essência do ser humano e a nossa razão de ser, avultam nessa sequência de elementos conjugados. A análise científica sobre as emoções animais tem apresentado tipos básicos de sensibilidade como alegria, angústia, raiva, medo, surpresa e nojo. (Evans 2001, p.7). A estas emoções básicas correspondem expressões faciais que alguns antropólogos afirmam serem universais. (Dylan 2001, p.7-14). No ser humano, todas estas emoções se subdividem *ad infinitum* em modos cada vez mais subtis. A resposta intencional ao prazer e à dor começa por ter uma estrutura semelhante à dos animais. Mas revela uma diferenciação, um redirecionamento, uma sublimação e uma transformação tão vasta, que só as manifestações inusitadas e surpreendentes da arte conseguem ilustrar a variedade de emoções que cada um vive.

3.3 Resposta de valor

É o poder de escolha e de liberdade que converte as emoções inteligíveis em inteligentes, colocando-nos em situação e orientando-nos perante as pessoas e as coisas. A vida pode ser “atraída” por objetivos, como pode ser “empurrada” por impulsos, mas é sempre mediada pelo sentido e sempre inspirada por valores. As emoções são condicionadas pelo tempo e espaço, são intensas e poderosas, mas sempre transitórias ou pontuais. E é do fundo humano, *o desejo natural de conhecer*, segundo Lonergan, que emergem os valores; ou na expressão de Zubiri e da sua *inteligência senciente*; “*De abí que lo sentir humano y la intelección no sean dos actos numericamente distintos, cada uno completo en su orden sino que constituyen dos momentos de un sólo acto de aprehensión sentiente de lo real; es la inteligencia sentiente*” (Zubiri, p.19)

As emoções tornam-se inteligentes nas crianças, muito antes de surgir o questionar e o compreender dos valores. Como Lonergan diz: “... *a espontaneidade natural cuida de si mesmo, enquanto o conhecimento e a virtude são adquiridos*”. (Lonergan, 2012, p. 35). Isto significa que há uma longa formação, luta e processo educativo até o critério de prazer e dor ceder o lugar à capacidade de resposta a valores; à capacidade de decisão; à capacidade de ação; e à capacidade de relação com o outro. A este poder que determina atitudes fundamentais e não é determinado por nenhuma circunstância podemos chamar liberdade.

Atentemos nos elementos que compõem a resposta intencional ao valor. Como *resposta* sugere um apetite que é estimulado, um desejo de responder, uma potencialidade emergente. É o primeiro passo para emergir o valor. Um tal desejo permanece dormente até que uma situação, pessoa ou incidente o despertem. O termo ‘*intencional*’ significa que o sujeito visa um objeto. A *intencionalidade* é uma estrutura heurística que combina o conhecido e o desconhecido e em que o sujeito é guiado, através de perguntas, pela busca da resposta. A noção de *valor*, subjacente a todas as perguntas, deliberações e avaliações específicas, é a realidade poderosa que se atinge, irreduzível ao prazer, à verdade, à utilidade, e que origina o juízo. Contudo, e esta é a novidade que aqui queremos elucidar, também há respostas ao valor que são pós-intencionais, porquanto resultam do encontro com o outro; assim sucede quando o foco da consciência deixa de ser o eu e se torna a relação e do outro recebe um acréscimo ou uma diminuição de ser. Esta novidade merece ser explorada.

4. UM NOVO PONTO DE PARTIDA

Vimos como os sentimentos conferem dinamismo – intenção, massa e impulso – à identificação dos valores. Vimos, ainda, como os valores resultam de um processo inteligível que se torna inteligente, e de um processo afetivo que no ser humano se torna afectante, e se vai enroscando em todos os nossos desejos, deliberações, decisões, ações e paixões. Vimos que os valores se podem configurar como respostas intencionais conscientes. Vimos, finalmente, inflexão heurística importante, que também se manifestam como respostas relacionais.

Atingimos, assim, um momento crucial do papel dos sentimentos na dinâmica da consciência, a exigir um novo ponto de partida. Reconhecendo a dívida para com Lonergan, vamos assumir uma posição diferente sobre o relacionamento entre sentimentos e valores. Para Lonergan, este foi um tema difícil e a sua apreciação e a terminologia evoluíram ao longo do tempo. O modo como essa apropriação é identificada e sistematizada em *Insight*, aponta para um isomorfismo entre conhecer, ser e agir, e determina um intelectualismo que considera equivalentes as atividades de identificar verdades e valores. Já as fórmulas do *Método* mostram a incontornável contribuição dos sentimentos para o carácter intencional das avaliações mas não permitem sondar o respetivo carácter relacional e ôntico. A nossa investigação tem de ir mais longe do que o preenchimento de lacunas na matriz lonerganiana. Em diversos sentidos.

Em primeiro lugar, é preciso mostrar à maneira dialógica que, sendo a intencionalidade a estrutura da consciência que resulta da busca de objetos, a relação é a estrutura resultante do encontro entre um eu e um tu. Temos presente a apropriação da realidade pela consciência, segundo a heurística lonerganiana. Para conhecer verdades, fazemos perguntas e, caso existirem evidências conclusivas, captamos essas verdades mediante uma intelecção que nos permite julgar. Para identificar valores, interrogamos os factos, reunimos argumentos pró e contra e, com evidências mais ou menos suficientes, deliberamos e efetuamos o juízo de valor que consideramos adequados.

A estrutura inicial do juízo de valor é semelhante à do juízo de verdade, mas os conteúdos são profundamente diferentes. Uma vez mais, em diversos sentidos. Na medida em que o valor é conhecimento, corresponde a um ato de compreensão, uma resposta justificativa. Por esta via, a identificação de valores é atividade cognitiva, ato de inteligência, e a componente afetiva introduzida pelos sentimentos não deve usurpar

a atividade de compreender o valor. Contudo, o juízo de valor também resulta de um reconhecimento, do encontro entre ser e consciência. Na medida em que é reconhecimento, uma avaliação primordial irrompe nas nossas vidas, antes de se justificar, antes de a inteligirmos plenamente, antes de a explorarmos e darmos atenção a todas as circunstâncias que traz consigo. Há evidências de que os valores moldam a nossa adesão entusiasta a pessoas, coisas, credos, comunidades, e seres naturais ou sobrenaturais; e, de igual modo, a repulsa que experimentamos perante assassinatos, violações, e crimes e perante a desumanidade manifesta de pessoas e instituições, revela o extraordinário poder do reconhecimento.

Em segundo lugar, uma vez que a resposta ao valor é construída pela consciência que pensa e sente, a questão que se coloca é da objetividade, ou antes, da autenticidade dessa construção. Esta questão exige saber se é possível passar da teoria cognitiva a uma teoria do reconhecimento. A consciência visa objetos e reconhece sujeitos; tanto manipula as coisas, como as trata por tu. Se existem normas para o conhecer ser objetivo, existirão normas imanentes e operantes para o reconhecimento ser autêntico. Na frase de Frankl, *quando encontramos o 'porquê' para viver, conseguimos suportar qualquer 'como'*. Quando entendemos o que o outro espera de nós, que algo ou alguém espera por nós, então essa surpresa de ser, esse dinamismo da relação mobiliza os objetos e as decisões visadas pela consciência, tornam-se o operador dos questionamentos e deliberações do dinamismo da intencionalidade.

Para quem está familiarizado com o método lonergiano, o rumo a seguir para responder a esta questão pareceria simples; bastaria transpor a sequência do conhecer para o reconhecer. A referência à norma em *Insight* é substituída pela terminologia dos preceitos transcendentais no *Método*. O que Lonergan nos diz no *Método* sobre a sequência de imperativos transcendentais do conhecimento, resultantes de normas operantes no próprio conhecer, pode ser transposto para esta nossa orientação. Que as normas sejam intrínsecas aos atos, significa, neste caso, que só as descobrimos ao analisar o encontro da consciência com o ser. Não se trata de contrapor um intuicionismo a um intelectualismo; não se trata de considerar que há um acesso imediato ao ser fora das operações da consciência; trata-se, sim, de descobrir de que modo pensar e sentir se envolvem para criar atitudes em que a função integradora de pensamentos e sentimentos é acompanhada por uma função operadora em que os valores surgem embutidos de modo mais deliberado ou mais espontâneo, em que pesa mais a *cabeça ou o coração*. (Tállor, 1997)

5. ATITUDES FUNDAMENTAIS

Na realidade, nunca desentranharemos por completo essa dupla hélice da inteligência emocional, até porque a sua ambiguidade radical é condição da nossa liberdade e, bem assim, da diferença entre pessoas. Poderá existir uma normatividade nas atitudes com que a consciência se manifesta, na medida em que a consciência é relação entre eu e outro, e se posiciona perante dados empíricos, perante situações concretas e, simultaneamente, experimenta uma resposta vinculativa a factos que não criou, e a seres autónomos? Essa normatividade, ou sabedoria, terá graus crescentes, e cada vez mais exigentes, desde o puro desejo de conhecer até à apaixonada identificação entre seres, conforme a consciência investe mais de si mesma e do outro. Algum esforço para estabelecer essa sequência de modos de manifestação da consciência, essas atitudes, é agora indispensável.

Refere Lonergan no Método que a sequência das quatro funcionalidades transcendentais resulta do desdobramento dos modos da consciência: “atenta, inteligente, racional e responsável”. Por razões que a seguir se evidenciarão, temos de acrescentar um quinto nível de manifestação, “apaixonada”, não tematizado por Lonergan. Estes imperativos, que nós constituímos mediante um fundamento empírico e um firmamento noético, exprimem os sentimentos e as razões profundas no agir humano. Resultam da estrutura dos atos de consciência presentes no agir humano. Podemos enumerá-los a partir da componente empírica fundamental de ser atento, partindo em direção ao ser inteligente, razoável responsável e apaixonado; ou podemos, em direção inversa e firmante começar por valorizar na atitude o elemento relacional do ser apaixonado, e de aí partir para o ser responsável, razoável, inteligente e atento.

Analisemos estas atitudes, estes dinamismos complementares do conhecer e do reconhecer. Observemos o diferente significado do dever no *Insight* e no *Método*. Em *Insight* o sentido de obrigação moral é derivado da inteligência especulativa e da razão. Já no *Método*, a obrigação moral é apresentada como preceito transcendental. Mas o que fica por dizer em qualquer destas descrições é que a responsabilidade é a outra face da liberdade; que não agimos apenas para responder a dilemas mas também para recolher a riqueza dos valores apercebidos. A atitude de ser responsável tanto decorre da exigência de coerência, em ser fiéis na prática ao que enunciamos nos juízos de valor, como decorre da experiência de encontro com o outro para quem, com quem e por quem nos senti-

mos moralmente obrigados. As dinâmicas do conhecer e do reconhecer cruzam-se em mais de um sentido.

“Admirar-se!” ou Ser atento!” é a atitude decorrente do desejo puro de conhecer, no plano da experiência. Sabemos bem o que é estar distraído, em devaneio, num modo de relaxamento e fantasia individual face ao mundo. Se não nos concentrarmos e controlarmos as nossas fantasias e desejos egoístas, apenas obteremos ecos do eu. Se permanecermos neste estado, não crescemos. Mas quando experimentamos o sentimento de estar alerta, e vigilantes face ao que nos rodeia e nos impele a agir, então sabemos que estamos a evoluir, a realizar um potencial. A primeira condição de desenvolvimento é este estar atento, para o qual o senso comum alerta com um “presta atenção!” e a ciência com o rigor metódico. Estar atento é uma primeira atitude que se exige para o conhecimento. Para entender um fenómeno, recolhemos a informação disponível e não devemos ignorar factos, mesmo os que contrariam a visão inicial. Não devemos negligenciar dados, nem filtrá-los segundo conclusões antecipadas. As conclusões poderão ter de mudar. Podem surgir novas evidências.

Mas se “atento” é um requisito do aluno, do trabalhador, do cientista ou do detetive, também é preceito fundamental para nos abrirmos ao que os outros esperam de nós; estar atento, é a atitude zelosa e laboriosa de quem cuida dos outros e lhes quer dar o seu melhor; permite-nos, quando já não somos capazes de mudar uma situação, de nos mudar a nós mesmos para prestara tenção ao outro. Os cuidados são o estádio prático em que se cumpre o reconhecimento; cuidados concretos de saúde e educação; cuidado ou respeito pelos seres que integram a natureza; atenção aos símbolos maiores que a vida, e cuidado pelo modo como eles se manifestam nas várias linguagens com que o ser é conjugado.

“Ser inteligente” exprime a atitude fundamental da consciência que se desdobra em perguntas e que ensaia respostas. Após a curiosidade ser desperta pela atenção, é inaceitável não buscar uma solução. Também após o enlevo criado pelo outro, é impossível não querer mais dele mesmo. Dizemos e interrogamos, “Por quê”, “Onde”, “Como” “Com que frequência”, “Quando”, “O quê” para elucidar o que num primeiro encontro ficou nebuloso. As categorias essenciais do pensamento nascem do desejo de conhecer e da alegria de reconhecer. Queremos investigar e confirmar. Ficaremos frustrados se não houver resultados. Mas se não desistirmos, conseguiremos que a fruição do encontro se volva em enigma resolvido, e em libertação alcançada.

Alcançar respostas corretas, exige colocar hipóteses interessantes, de forma coerente e consistente. A estupidez não é opção para o desenvolvimento da consciência. Mesmo o “fazer-se de estúpido” implica uma homenagem à inteligência que interroga, e que reúne informações, idéias, definições e exemplos, sempre no esforço de entender. Mas a inteligência sente, a razão anima-se, na medida em que os sentimentos operam nela a focagem no essencial. A atitude de *ser inteligente* significa concentrar-se no que é importante, essencial, relevante; deixar de parte o insignificante, o inessencial e o irrelevante. Essa atitude é mais do que um preceito intelectual; é decorrente do desejo de reconhecer, de apaixonadamente esclarecer o que já foi encontrado.

Abordamos, agora, a atitude racional que resulta de usarmos a inteligência para além da função animal de resolver problemas práticos e da função de congeminar hipóteses. “Ser razoável” ou “ser racional” resulta de entender a normatividade que emerge da realidade. Exercemos plenamente a razão humana quando afirmamos e testemunhamos, com toda a gravidade, se preciso for, “É verdade!”, “É correto!”, “É mesmo assim!”. Os pontos de exclamação têm a finalidade de vincar estados emocionais de espanto, surpresa, alegria, dor, ou súplica que acompanham o ato de julgar.

Quando atingimos este patamar, queremos dar testemunho sobre a realidade, tomar posição, dizer a verdade. Reunimos informações, exemplos, definições, explicações, provas, argumentos, por forma a mostrar que há evidências para provar a conclusão. Se descobrimos uma verdade, queremos mostrar convictamente a sua força e evidência. Se temos provas e argumentos, usamo-las para mostrar que a conclusão decorre da evidência, seja num artigo científico, no tribunal, no laboratório, ou nos *media*. A racionalidade consiste em querer apreender ou apropriar-nos das coisas mesmas, para além de qualquer dúvida ou exclusão razoáveis.

A consciência move-se entre juízos de facto e de valor. Se queremos conhecer, elaboramos juízos de facto ; quando o nosso intento é reconhecer, somos levados a substanciar com factos o valor percebido. Ora quando percebemos que há valores em jogo, então começamos a “ser responsáveis”. A nossa atitude muda. Sentimos e pensamos de forma diferente. Sabemos que o que pensamos e sentimos tem consequências. Sentimos que muita coisa depende da nossa decisão. Entramos num grau da consciência em que nos é pedido comunicar quem somos e o que fazemos da nossa liberdade. Tudo pode correr melhor ou pior. Se correr mal, sentimo-nos culpados, envergonhados, deprimidos, desanimados. Em

caso contrário, ficamos gratos, felizes, em paz, com as obrigações cumpridas. Ou ainda, podemos estar perplexos, confusos, duvidosos, inseguros, ansiosos, e indecisos. Em todas estas atitudes, a componente afetiva da consciência ganha peso para impulsionar perguntas, e para delinear respostas, espicaçando os juízos de valor e as decisões.

Afirmou Jean-Paul Sartre que “*enquanto delibero, os dados estão lançados*”. Apesar do postulado existencialista que veicula, a fórmula ilustra um princípio da ética do reconhecimento: as prioridades entre decidir e agir, entre desejar e fazer, são sempre incertas. A sequência que parece certa do ponto de vista do conhecimento – desejar- deliberar – decidir – nada tem de evidente do ponto de vista do reconhecimento. O reconhecimento transtorna toda a linearidade da ação. Normalmente, as boas decisões pressupõem boas deliberações, mas existem exceções clamorosas. As decisões não têm um padrão de ocorrência – profundas e superficiais, permanentes e temporárias, abrangentes e específicas, firmes e claudicantes- assentam na mobilização da estrutura cognitiva pelo reconhecimento. Em vez da ultrapassada psicologia das faculdades de ordem cognitiva, afetiva e volitiva, a nossa heurística apresenta-nos estruturas em que interagem atitudes de atender, compreender, julgar, responsabilizar e amar. (Tallor, 1997)

É assim que os processos de desenvolvimento moral envolvem a pessoa como um todo, como alguém que conhece, sente, decide, realiza, ama e se responsabiliza. (Kohlberg, 1981 e 1984) É toda a pessoa que decide, que se constitui pelas suas decisões, e constitui critérios morais.

‘Ser apaixonado’ é a atitude da consciência que, no objeto visado afinal encontrou uma realidade que o interpela. O ser apaixonado cria a arena em que os sentimentos irrompem e se manifestam como amor aos amigos, à pessoa amada, à família, à nação, a deus, numa sequência pessoal. Apaixonar-se é o modo primordial como os sentimentos fazem a sua entrada ruidosa na vida. Os afetos entre a cria e a mãe, no mundo animal, aprofundam-se e alargam-se no mundo humano mediante a relação com os familiares e os próximos, com os quais a criança adquire segurança e experimenta sentimentos como alegria, confiança, solidariedade; ou, na sua falta, medo, tristeza e ódio. Como escreveu lapidarmente Viktor Frankl, “*O amor é a única maneira de captar outro ser humano no núcleo mais íntimo da sua personalidade.*”

Apaixonar-se é a atitude que ocorre na relação com a comunidade de pertença, seja esta escola, igreja, família, clube, ou outra; podemos estar apaixonados pela nação, pela humanidade. Apaixonar-se acontece

quando um outro nos completa. É bem certo que o caráter integrador da paixão pode sobrepor-se ao caráter operador de tal modo que nada mais existe para o eu do que a presença obstinada do outro. Então, o outro é visto com arrebatamento, exclusividade e mesmo fanatismo, ao ponto de serem quebrados todos os demais laços criados pela consciência pelo que a paixão pode trazer violência. Ou então, pelo contrário, o ser apaixonado é motivo de respeito profundo, amor incondicional, deslumbramento perante o outro, uma paz e serenidade inauditas, um sentido de plenitude: são esses os sentimentos de quem vê a própria vida maravilhosamente transformada por um outro ser. As narrativas de experiências místicas e arrebatamento religioso, de descoberta de uma vocação, referem ainda quem se sente captado *pelo amor divino incondicional*. A esse sagrado que ultrapassa a compreensão racional e a apreciação definitiva, chamou Rudolf Otto o ‘numinoso’. Mas seja nas modalidades de identificação positiva ou alienante, o ser apaixonado cria uma indissolúvel órbita em que o eu e o outro ora ocupam o centro, ora a periferia.

Talvez estas atitudes se resumam no conceito de “ser autêntico”. Não se trata apenas de conhecer o valor, mas o que transborda para as nossas decisões e ações. Não se trata de adicionar preceitos mas de cultivar atitudes. Para além de todas as regras particulares, normas culturais e leis morais, as atitudes fundantes e firmantes atrás descritas são orientações para a consciência. São imperativos e preceitos que exprimem uma obrigação, um dever, um sentimento consciente de querer realizar o que descobrimos na relação com o outro. Neste sentido, as atitudes fundantes e firmantes são o conteúdo da ética para as pessoas como elas são, o que se lhes pede que sejam se quiserem ser autênticas, o que se pede aos outros para que possa ser fecunda e não violenta a relação ente mim e o outro.

6. QUESTIONAR E RECONHECER

A evidência diz-nos que, na infinita variedade das vidas e do desenvolvimento moral, entre dores e alegrias, penas e amores, sustos e expectativas, as pessoas estão sempre a exprimir preferências. Digamo-lo, removendo qualquer possibilidade de moralismo: a incontornável experiência ética é que estamos sempre a decidir entre bem e mal, entre melhor e pior, aceitável e inaceitável. Expressimos este cerne da vida moral atra-

vés de juízos de valor. Essas nossas avaliações não se apresentam como conhecimento demonstrável – pois que não há ciência da ética – nem como intuição infalível – porquanto resultam da liberdade humana. O dinamismo que se desdobra nas várias atitudes é cognitivo e afetivo. São, igualmente, o resultado de uma deliberação racional em que ponderamos cuidadosamente os prós e os contras. São o resultado de um encontro com realidades cujos contornos totais desconhecemos mas em que reconhecemos núcleos de ser que preferimos.

Quando a consciência reconhece seres, é como se, de repente, escutasse a música e visse a partitura de que até então só tinha notas soltas. São momentos únicos e, num certo sentido, imortais. São evanescentes. Não deixam um conteúdo que possa ser plenamente conhecido. Mas a sua força penetra o nosso conhecimento e ação, e a sua irradiação penetra o mundo. Assim nascem as nossas descobertas, as nossas decisões, as nossas revoltas, os nossos amores, as nossas lutas e reconciliações. À sua maneira, são uma festa, a festa da consciência. Por isso, quando atingimos esses estádios em que sentimos repercutir todo o universo povoado de seres, de pessoas e de coisas, podemos saudar a nossa descoberta dizendo *Olá, Consciência!*¹

7. MARCADORES E OPERADORES

Na sequência de atitudes com que vamos atribuindo significado específico à vida e nos vamos apropriando do outro, a inteligência e a sensibilidade contribuem de modo entrosado para as finalidades, as decisões, e os juízos de valor. Os desejos transformam-se em respostas intencionais de satisfação; estas são reorientadas pelas respostas intencionais ao valor: e a intencionalidade reconstrói-se como relação porque a consciência se encontra com as coisas mesmas. Consideremos como exemplo o papel de um sentimento que é ao mesmo tempo desejo e valor, satisfação e relação.

Na linguagem corrente são muitos os termos que identificam os mesmos sentimentos: raiva, indignação, cólera, gana, ira, malquerença, fúria rancor, sanha. O labirinto de designações é significativo. O ser humano herda a dinâmica do que podemos chamar a *raiva* no padrão biológico de

¹ *Olá, Consciência!*, Lisboa, Objectiva, 2013, de co-autoria com Nazaré Barros, explora este panorama no capítulo 11.

experiência, também presente nos animais. Estes enraivecem-se devido a perturbações várias: o estranho que entra no seu território, que ameaça as crias, que lhes retira alimento. A sobrevivência exige um espaço que ciosamente guardado. Trata-se de um sentimento moralmente neutro. Uma criança também se enraivece ao não alcançar o que deseja, ou se lhe baterem sem motivo. A sua cólera é desculpável na medida em que só a educação lhe confere consciência. Dos adultos, não esperamos que se enfureçam por birra, ou por um motivo insignificante ou, pior ainda, sem motivo. Mas enfurecem-se. Por outro lado, há um tempo e um modo certos para a indignação da pessoa com maturidade, um uso legítimo da violência. Ser ético exige atitudes de indignação perante um prisioneiro a ser abusado, políticos corruptos, falta de assistência médica, exploração do trabalho, negligência dos filhos.

Podemos considerar que a “raiva” cumpre dois papéis distintos. Por um lado, o sentimento funciona como integrador ou marcador da resposta; aglutina os recursos da consciência nessa situação; por isso a cólera é moralmente neutra no animal ou na criança, ainda sem uso apreciável da razão; começa a tornar-se discutível quando a raiva resulta de uma resposta à dor; ainda condescendemos e até exigimos que sejam punidos exemplarmente aqueles por quem a injustiça penetra no mundo. A raiva já não é eticamente admissível, contudo, quando é usada como vingança na resposta intencional de valor. Neste caso, converte-se em querer o mal de alguém, e, como operador de um reconhecimento negativo, torna-se instrumento ao serviço de vinganças e ressentimentos. (Henriques, 2012, p. 45)

Diz o senso comum que um adulto “é responsável pelo seu rosto”, modo de afirmar que é responsável pelas suas reações emocionais. Na pessoa moral, a raiva será uma reação adequada ao mal, à injustiça, atendendo ao contexto de percepções, situação social, anteriores juízos de valor. Considerada em si mesma, a expressão da cólera não é garantia de que a causa da raiva seja má. Podemos ficar zangados com alguém acusado de abuso de crianças e descobrir que a pessoa é inocente e a nossa raiva muda para o falso acusador. Podemos estar zangados com uma ação que achamos injusta mas descobrir depois que era uma ação correta. Em resumo: a raiva em si mesma é um sentimento neutro, cujo papel na nossa vida emocional depende das atitudes em que surge inserida. Sabemos como é justo, salutar e razoável que a nossa indignação se dirija, por exemplo, contra violadores, pedófilos, nazis, fariseus, e terroristas. A lista é exemplificativa. Mas quando a raiva opera desfasada do elemento cog-

nitivo e se torna cega e absoluta, entramos no domínio da vingança, das paixões e fúrias avassaladoras.

Esta variabilidade do valor ético dos sentimentos, a sua ambiguidade emocional, é decisiva. Todos os sentimentos desempenham papéis muito distintos como marcadores e como operadores, positivos e negativos, facilitadores do bem e do mal, adjuvantes ou obstantes aos recursos cognitivos da consciência. Podemos afirmar assim, que não há sentimentos “bons” nem sentimentos “maus”. Existe, por exemplo, um amor nefando do corrupto pelos bens de que se apoderou; e existe um justo ódio da pessoa digna às injustiças que vê praticar. Com razão o senso comum menospreza como “bonzinho” quem confunde o “ser bom” com a exclusão de atos violentos; no fundo, entende confusamente que o “ser bom” não resulta apenas de um sentimento integrador de estados da consciência; exige um operador que mobilize a nossa liberdade para decidir que atos concretos devemos realizar. Na perspectiva de uma ética do reconhecimento, “bom” ou “mau” são marcadores que acompanham estados de satisfação ou de carência; tornam-se operadores quando, reconhecendo que não sendo nós capazes de mudar uma situação, estamos prontos para nos mudar a nós mesmos. Adotamos, então, uma nova atitude.

Neste sentido, no caso analisado, o valor ético não consiste em eliminar a capacidade de ira ou raiva mas sim em transformá-la em operador. O sentimento de raiva, enquanto marcador de atitude é neutro. Mas a raiva pessoal perante o mal e a injustiça, a justa ira perante o delito, é operadora do juízo e transforma a consciência. O sentimento é um dos componentes do juízo de valor. Por si só, nunca conhece o que é o valor, como reclama o intuicionismo moral. A espontaneidade é moralmente ambígua: raiva, cólera e ira, por exemplo, não são realidades más em si mesmas. Mas só o sentimento pode desbloquear a direção certa, e fortalecer as resoluções. Para o justo, a raiva pode ser um indicador de valor; para o corrupto, a raiva é destrutiva. Os sentimentos são operadores de reconhecimento porque não se limitam a integrar ou marcar estádios da consciência. São, efetivamente, desbloqueadores, geram imperativos que nos ajudam a sermos autênticos. Como tal, são um dos dinamismos da intencionalidade, através da qual formamos o critério e o conteúdo dos valores.

Procurámos delinear uma posição básica sobre o papel dos sentimentos nas avaliações. São orientações profundas e permanentes, que desencadeiam o processo de conhecer, motivam o desenrolar das atividades, criam atitudes e criam satisfação quando a resposta é encontrada e

pesar quando é perdida. Mais aperfeiçoamentos seriam necessários para elaborar implicações sobre a decisão, o desenvolvimento moral, os critérios de objetividade dos juízos de valor e os códigos de conduta.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTZ, J. 1994. [Hrsg.] *Das Bewußtsein – philosophische, psychologische und physiologische Aspekte*. Berlin: Freie Akademie.
- BLOCK, N., FLANAGAN, O. & GÜZELDERE, G. 1997. [eds.] *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates*. Cambridge, MA: MIT Press.
- BUBER, Martin. 2006. *Eu e Tu*, S. Paulo, Centauro.
- CORNWELL, J. 1998. [ed.] *Consciousness and Human Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- DOORLEY, Mark. 1996. *The Place of the Heart in Lonergan's Ethics*, Boston, University Press of America.
- EVANS, Dylan. 2001. *Emotion: the science of sentiment*, NY, Oxford Univ. Press.
- ECCLES, J. C. 1984. *The Human Mystery*. Routledge and Kegan Paul.
- HENRIQUES, Mendo et al. 2014. *Bernard Lonergan e a Filosofia Aplicada*, Lisboa, Católica Editora (no prelo).
- HENRIQUES, Mendo. 2010. *Bernard Lonergan, Uma Filosofia para o séc. XXI*, É Realizações, São Paulo.
- HENRIQUES, Mendo. 2012. “Teoria do Obrigado e Desculpa”, in *Metodologias Aplicadas*, Madrid.
- HENRIQUES, Mendo e Nazaré Barros. 2013. *Olá, Consciência!*, Lisboa, Objectiva.
- KOHLBERG, Lawrence. 1981 e 1984. *The Philosophy of moral Development: Moral stages and the idea of justice*, vol. 1, e 2, San Francisco, Harper and Row.
- LONERGAN, Bernard *Método na Teologia*. 2012. S. Paulo, É Realizações.
- LONERGAN, Bernard. 2010. *Insight. Um estudo do conhecimento humano*, São Paulo, É Realizações.
- TALLOR, Andrew. 1997. *Head and Heart: affection, cognition, volition as triune consciousness*, New York, Fordham University Press.
- ZUBIRI, Xavier. 1980. *Inteligencia sentiente*. Alianza/F.XZ.